

BALANÇO			
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			
CNPJ no 26.461.699/0001-80			
BALANÇO PATRIMONIAL			
4º Trimestre de 2020			
ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		2.167.679	1.435.610
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		238.996	269.475
Aplicações Financeiras		1.014	984
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		204.466	225.166
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS		33.516	43.325
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		4.149	10.876
Clientes	5.1	4.149	10.876
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		4.089	10.651
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		11.271	10.651
(-)Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores		(7.182)	0
Fat. Dupl. a Rec. - Estoques em Consignação		60	225
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	1.268.247	760.787
Adiantamentos Concedidos	6.1	4.159	6.913
Adiantamentos a Pessoal		4.159	6.913
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	157.475	175.550
Créditos Tributários		157.475	177.128
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		0	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	1.106.613	578.324
ESTOQUES	7	656.285	394.468
Mercadorias para Revenda		200.801	314.640
Materiais em Trânsito		591	146
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros		3.319	3.441
Estoques para Doação e/ou Permuta		26	26
Compra Antecipada - Entrega Futura		451.548	76.215
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		2	4
Despesas Antecipadas		2	4
NÃO CIRCULANTE		1.410.596	2.115.145
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.269.748	1.966.894
Créditos a Longo Prazo	8	35	5.018
Clientes	8.1	35	5.018
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		35	5.018
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		4.345	5.018
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(4.310)	0
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	1.269.713	1.961.876
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		9	29
Tributos a Recuperar/Compensar		21	20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		56.856	57.276
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		1.212.827	1.904.551
Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União		1.135.187	669.840
Créditos a Receber por Alienação de Bens Móv./Imóveis		63.549	66.964
Créd. a Rec. p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		2.893	1.239
Recursos da União		0	691.556
Créditos a Recuperar		62	62
Duplicatas e Títulos em Contencioso		26	26
Créditos Parcelados		10.917	11.051
Títulos a Receber		120	148
Créditos a Receber Decorrente de Infrações		720	738
Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial		0	462.927
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(647)	0
INVESTIMENTOS	4.5	6.532	8.028
Participações Permanentes		5.135	6.831
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.844	28.524
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(9.709)	(21.693)
Propriedades para Investimento		285	0
Bens Imóveis não Destinados a Uso		285	0
Demais Investimentos Permanentes		1.112	1.197
Demais Investimentos Permanentes		1.112	1.197
IMOBILIZADO	4.7	133.587	138.858
Bens Móveis		9.462	11.486
Bens Móveis		109.428	107.741
(-)Depreciações		(99.628)	(95.948)
(-)Redução ao Vr. Rec. de Imobilizado - Móveis	4.8	(338)	(307)
Bens Imóveis		124.125	127.372
Bens Imóveis		340.828	337.226
(-)Depreciações		(216.467)	(209.854)
(-)Amortizações		(236)	0
INTANGÍVEL	4.7.1	729	1.365
TOTAL		3.578.275	3.550.755

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	9	2.041.753	1.795.583
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR	9.1	110.409	123.227
Pessoal a Pagar		71.961	82.665
Benefícios Previdenciários a Pagar		517	233
Encargos Sociais a Pagar		37.931	40.329
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	726.760	909.088
Operações Especiais		726.760	909.088
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		1.204.584	763.268
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	253.315	13.694
Fornecedores Nacionais		4.023	441
Contas a Pagar Credores Nacionais		249.292	13.253
Contas a Pagar Credores Nacionais - Intra OFSS		0	0
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	1.352	822
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.352	822
Provisões de Curto Prazo	9.5	0	36.153
Provisões a Curto Prazo		0	36.153
Demais Obrigações a Curto Prazo		949.917	712.599
Adiantamentos de Clientes	9.6	593	9.408
Consignações	9.8	17.290	12.652
Depósitos Judiciais	9.8	324	17
Depósitos e Cauções Recebidos	9.8	14.479	8.692
Indenizações, Restituições e Compensações	9.8	9.714	10.277
Diárias a Pagar	9.8	1	1
Precatórios a Pagar	9.8	0	70
Entidades Credoras	9.7	125.928	166.259
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.8	2.237	2.733
Valores em Trânsito Exigíveis	9.8	756	0
Transferências Financeiras a Comprovar -TED	9.9	778.595	502.490
NÃO - CIRCULANTE		1.214.758	1.402.278
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR		0	2
Pessoal a Pagar		0	2
FORNECEDORES A LONGO PRAZO		132	0
Contas a Pagar Credores Nacionais		132	0
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	291.392	491.240
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		250.432	268.037
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		5.499	3.216
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		35.461	219.987
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	11	923.234	911.036
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
Entidades Privadas de Previdência		922.512	910.314
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	321.764	352.894
Capital	12.1	302.801	302.801
RESERVAS		50.093	66.718
Reservas de Lucros	12.2	50.093	66.718
Reserva Legal		19.196	19.196
Reservas de Lucros para Expansão		30.897	47.522
Ajustes de Exercícios Anteriores	17	(719)	0
Resultado do Período	12.3	(30.411)	(16.625)
TOTAL		3.578.275	3.550.755

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
4º Trimestre de 2020

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	211.258	233.528
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		189.436	210.916
Vendas Estoques Estratégicos		187.119	198.765
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		2.317	12.151
RECEITA DE SERVIÇOS		21.822	22.612
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		21.822	22.612
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	3.583	6.655
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		207.675	226.873
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		188.418	206.999
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.3	273.846	390.414
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	14.4	85.428	183.415
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	14.5	19.257	19.874
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.6	1.107.938	1.192.469
(-)DESPESAS DE PESSOAL		925.614	929.503
Remuneração a Pessoal		491.819	511.738
Sentenças Judiciais		0	223
Obrigações Patronais		172.290	179.644
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		97.984	103.270
Benefícios a Pessoal		47.355	16.636
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		116.166	117.992
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		182.324	262.966
Despesas/Receitas Financeiras		(38)	(71)
Consumo de Materiais		3.464	3.937
Diárias		2.649	3.902
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		1.511	2.268
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		123.174	168.310
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.757	6.879
Outras Despesas Operacionais		43.807	77.741
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.7	77.288	112.866
Multas e Juros de Mora		5.470	8.669
Indenizações e Restituições		12.963	20.281
Receitas de Valores Mobiliários		112	186
Receitas Diversas		58.743	83.730
(+)OUTROS RESULTADOS	14.8	3.381	601
Alienação de Bens Móveis		30	(364)
Alienação de Bens Imóveis		0	5.791
Desincorporação de Ativos		(176)	(4.881)
Incorporação de Ativos		3.527	55
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA		0	0
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(1.008.012)	(1.059.128)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	14.9	977.601	1.042.503
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal		977.601	1.042.503
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(30.411)	(16.625)
Imposto de Renda a Recolher		0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.3	(30.411)	(16.625)
LUCRO POR AÇÃO		(16,35)	(8,94)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
4º Trimestre 2020

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		(30.411)	(16.625)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(719)	0
Disponibilidades Líq. Aplic. nas Atividades Operacionais		2.322	53.938
Depreciações e Amortizações		11.707	14.844
Alienação de Bens		0	2.761
Resgate de Títulos		(57)	0
Doações de Bens Patrimoniais		(25)	(55)
Baixa de Depreciação de Bens Móveis e Imóveis		(253)	0
Incorporação/Desincorporação de Investimentos		(398)	44
Incorporação de Bens Imóveis		(3.372)	0
Outras Baixas de Bens		1.312	4.837
Redução a Valor Recuperável de Investimentos		(87)	20.903
Prejuízo em Investimentos		215	0
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Móveis		31	307
Redução (Aumento) em Clientes e Créd. Diversos a Receber		187.343	(31.729)
Redução nos Créditos Tributários		18.605	19.134
Redução (Aumento) nos Encargos Sociais a Pagar		(2.398)	545
(Redução) Aumento em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		(7.456)	941
Redução nos Precatórios de Terceiros		(70)	70
Redução nas Despesas Antecipadas		1	1
Redução (Aumento) nas Operações Especiais e Estoques		(444.144)	3.649
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores		244.391	(10.126)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções		5.787	(212)
Redução nas Provisões		(236.001)	(1.374)
Redução nas Entidades Credoras		(40.827)	(39.885)
Redução (Aumento) nos Adiantamentos de Clientes		(8.814)	7.851
Redução nos Recursos Vinculados		728	1.496
Aumento (Redução) nas Subvenções a Pagar		0	(2.576)
Transferências Financeiras a Comprovar - TED		276.104	62.512
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	(28.808)	37.313
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Recebimentos por Resgate de Títulos		141	0
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(3.493)	(2.615)
Recebimentos por Resgate de Ações		1.680	0
Recebimentos por Vendas de Ativo Permanente		0	1.396
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	(1.672)	(1.219)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		(30.480)	36.094
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.3	(30.480)	36.094
No Início do Exercício		269.475	233.381
No Final do Exercício		238.995	269.475

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4º Trimestre de 2020

Discriminação	Nota	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
		Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2019		302.801	19.196	47.523	0,00	369.520
RESULTADO DO PERÍODO					(16.625)	(16.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		302.801	19.196	47.523	(16.625)	352.895
Discriminação	Nota	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
		Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020		302.801	19.196	30.897	0,00	352.894
(-)AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17				(719)	(719)
RESULTADO DO PERÍODO	12.3				(30.411)	(30.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		302.801	19.196	30.798	(31.130)	321.764

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

4º Trimestre de 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%
1.RECEITAS	214.120	23,60	233.421	25,18
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	210.739	23,23	232.820	25,11
1.2 - Outras Receitas	3.381	0,37	601	0,06
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	350.158	38,60	446.869	48,20
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	188.417	20,77	206.998	22,33
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	161.741	17,83	239.871	25,87
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(136.038)	(15,00)	(213.448)	(23,02)
4.RETENÇÕES	11.708	1,29	14.844	1,60
4.1 - Depreciação e Amortização	11.708	1,29	14.844	1,60
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(147.746)	(16,29)	(228.292)	(24,62)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.054.926	116,29	1.155.440	124,62
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	77.353	8,53	112.937	12,18
6.2 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	977.573	107,76	1.042.503	112
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	907.180	100,00	927.148	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	907.180	100,00	927.148	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	925.614	102,03	929.504	100,25
Total	925.614	102,03	929.504	100,25
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	10.821	1,19	12.826	1,38
Total	10.821	1,19	12.826	1,38
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.156	0,13	1.443	0,16
Total	1.156	0,13	1.443	0,16
8.4 - Próprios				
8.4.4 - Juros Sobre o Capital Próprio	0	0,00	0	0,00
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(30.411)	(3,35)	(16.625)	(1,79)
Total	(30.411)	(3,35)	(16.625)	(1,79)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

4º Trimestre de 2020

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/12/2020	31/12/2019
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(30.411)	(16.625)
(+/-)Outros Componentes do Resultado Abrangente	17	(719)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores		(719)	0
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(31.130)	(16.625)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Presidente Substituto

BRUNO SCALON CORDEIRO
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

SERGIO DE ZEN
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREZ DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

Continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Até o 4º Trimestre/2020

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
03	Alterações na Legislação Societária	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
05	Créditos a Curto Prazo	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	18	Diversos Responsáveis em Apuração
07	Estoques	19	Contingências Passivas
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
09	Endividamento	21	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
10	Provisões a Longo Prazo	22	Repasses e Termos de Execução Descentralizada - TED
11	Demais Obrigações a Longo Prazo		
12	Patrimônio Líquido	23	Outros Assuntos

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 64 Unidades Armazenadoras e com 126 armazéns, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3. Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de janeiro/2021, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Aplicações Financeiras de curto prazo, que estão registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2020 e concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2020, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.5 Investimentos: Neste grupo destaca-se as participações permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$9.709 mil, até 31 de dezembro de 2020, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas, inclusive as que estão em processo de liquidação.

Tabela 1. Investimentos - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2019	28.524
Incorporação de Ações	129
(-) Baixas Efetuadas no Período	(13.809)
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos	(9.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.135

Fonte: Conab.

No período foram efetuadas baixas no total de R\$13.809 mil, referente às ações das empresas LafargeHolcim Brasil S/A, Comfio Companhia Catarinense de Fiação, Companhia de Armazéns e Silos do Est. de Minas Gerais - Casemg e Companhia Paranaense de Energia - Copel em razão dos pagamentos efetuados pelas empresas.

No período foi também incorporado o total de R\$129 mil, referente ações da Telefônica Brasil S/A, Rural Properties Minas Gerais Participações S/A e Oldcastle Participações S/A.

4.6 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.7 Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, redução ao valor recuperável e outros. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98, com a composição a seguir:

Tabela 2. Imobilizado - bens móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020
Bens Móveis - Saldo em 31 de dezembro/2019	107.741
Aquisições	1.953
(-) Baixas efetuadas no período	(289)
(-)Baixa/Incorp. por mudança de proced. contábil.	43
(-) Depreciações	(99.628)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(338)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.462

Fonte: Conab.

Tabela 3. Imobilizado - bens imóveis - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020
Bens Imóveis - Saldo em 31 de dezembro/2019	337.226
Incorporação e Obras em Andamento	1.540
(-) Baixa/Incorp. por mudança de proced. contábil	(1.310)
Incorporação de Bem cedido	3.372
(-) Amortizações	(237)
(-) Depreciações	(216.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	124.124

Fonte: Conab.

4.7.1 Intangível: Representa os valores de direito de uso de softwares e suas amortizações, conforme composição a seguir:

Tabela 4. Intangível - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020		
	Até Dez/2020	Varição	Até Dez/2019
Softwares Vida Útil Definida	3.011	0	3.011
(-) Amortização	(2.282)	(636)	(1.646)
Total	729	(636)	1.365

Fonte: Conab.

4.8 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

4.8.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Móveis: Foi efetuado registro no total de R\$338 mil, referente a redução ao valor recuperável, até 31 de dezembro de 2020, conforme testes de impairment, realizados pela Superintendência de Administração – Supad e Superintendências Regionais, relativos a data base de 31 de dezembro de 2019.

A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor recuperável e comparado com o valor contábil.

4.8.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Imóveis

No exercício de 2020, foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis e não foi constatado nenhuma redução ao valor recuperável de ativos, conforme abaixo:

O patrimônio imobiliário da Conab, utilizado no cumprimento dos seus objetivos estatutários e no suprimento das suas necessidades operacionais e administrativas, é constituído de 185 imóveis distribuídos em cerca de 140 municípios.

Esses bens foram construídos/adquiridos nas décadas de 1970 e 1980 no bojo da política governamental de expansão da fronteira agrícola do País com foco nos pequenos e médios produtores e pequenos e médios varejistas, estabelecidos, notadamente, na periferia dos centros urbanos.

No projeto de implantação das unidades operacionais/comerciais, dava-se preferência na escolha dos terrenos que dariam origem aos equipamentos, ou para o caso de aquisição de instalações prontas, às áreas fora do centro urbano das cidades, em obediência ao controle ambiental e a fluência do tráfego da cidade, preservando a comodidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com o passar dos anos, essas regiões foram se desenvolvendo, requerendo projetos de urbanização com a ampliação ou execução dos serviços públicos o que fez com que estas áreas, antes periféricas, se tornassem centrais. Esse progresso trouxe valorização aos imóveis, incluindo aqueles da Conab.

Outro fator que influencia no registro do valor residual do imóvel e para o qual chamamos a atenção é que todos os bens imóveis constantes do patrimônio da Companhia, foram incluídos pelo valor de aquisição e/ou construção efetuada na época do ato de incorporação, sendo daí em diante seus valores corrigidos e depreciados conforme a legislação da época. Com a mudança da legislação na década de 1990, esses valores deixaram de ser corrigidos e passaram a ser somente depreciados, o que influenciou sobremaneira para que os valores residuais se situassem em patamares bem inferiores aos de mercado, mesmo considerando a sua decrepitude.

Com o passar do tempo, e por esse motivo (somente depreciação), verificou-se que os valores desses ativos, definidos por intermédio de laudos de avaliação elaborados, via de regra pela CEF, encontram-se superiores àqueles indicados nos registros patrimoniais da Companhia, observando-se, portanto, uma valorização.

4.9 Reconhecimento da Receita:

4.9.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são mensurados e reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo.

4.10 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo

Não Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas, tributários e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009, normatizado no CFC, pela NBC TG 25(R1).

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas, tributárias e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas.

4.11 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

Nota 5. Créditos a Curto Prazo

5.1 Clientes: O saldo da conta até 31 de dezembro de 2020, está representado pelo montante de R\$4.149 mil (R\$10.876 mil, em 31 de dezembro de 2019), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis e outros. Esse valor representa o resultado entre o montante de R\$11.331 mil deduzido do valor de R\$7.182 mil, relativo ao total dos registros de perdas esperadas relacionadas aos créditos de difícil recebimento, identificados até 31 de dezembro de 2020.

Nota 6. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O total de R\$1.268,247 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$760.787 mil, em 31 de dezembro de 2019), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo, a seguir:

6.1 Adiantamentos Concedidos: o total de R\$4.159 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$6.913 mil, em 31 de dezembro de 2019), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário, adiantamento para viagem e adiantamento auxílio - transporte, conforme segue:

Tabela 5. Adiantamentos concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Adiantamentos a Pessoal	4.159	6.913
Total	4.159	6.913

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 6. Tributos a recuperar/compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dez/2020	Dez/2019
ICMS a Recuperar/Compensar	153.597	173.463
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	3.865	3.654
COFINS e PASEP a Recuperar/Compensar	13	11
(-)Ajuste Perdas e Demais Créd/Valores	0	(1.578)
Total de Créditos Tributários Circulante	157.475	175.550

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

O Ajustes p/Perdas e Demais Créditos/Valores, no valor de R\$1.578 mil, foi baixado com base em parecer do Setor Consultivo da SEFAZ/PR, de que não há prescrição dos valores creditados há mais de cinco anos e eles poderão ser compensados com débitos das atividades da Companhia (Processo SEI nº 21200.001803/2020-57).

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo: o total de R\$1.106.613 mil, em 31 de dezembro de 2020 (R\$578.324 mil, em 31 de dezembro de 2019). Do quadro destacamos os valores registrados nas contas: Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, sendo que esse último é relativo à participação dos empregados, a ser reembolsada à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, Recursos da União, que são valores a receber do Tesouro Nacional referentes às equalizações de preços decorrentes dos registros dos ativos contingentes, baixados da conta Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, conforme o CPC 25 itens 31 a 35.

Quanto aos Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, os saldos referem-se a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, que em contrapartida estão provisionados na conta do passivo Transferências Financeiras a Comprovar, pelos registros dos recursos recebidos dos órgãos concedentes, que foram diferidos. As baixas serão realizadas pelos órgãos concedentes, na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas (Vide nota 9.9).

Tabela 7. Outros créditos a receber e valores a curto prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dez/2020	Dez/2019
Valores a Rec. por Dev. Desp. Estornadas	1	0
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações	1.427	3.664
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	181	239
Créditos a Rec. por Alienação de Bens/ Imóveis	2.718	2.836
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex - Sevidores	33.680	32.154
Recursos da União	450.947	37.204
Créditos Parcelados	2.471	2.188
Outros Créd.a Rec. e Valores a Curto Prazo	0	1
Créditos a Rec. por Cessão de Créd. pela União	615150	500.038
Créd.a Rec. por Reembolso Salário Maternidade	38	0
Total	1.106.613	578.324

Fonte: Conab.

Nota 7. Estoques

O total de R\$656.285 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$394.468 mil, em 31 de dezembro de 2019), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, CPR Estoque e Aquisição de Sementes e apresentam a seguinte composição:

Tabela 8. Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dez/2020	Dez/2019
Estoques de Mercadorias para Revenda	200.801	314.640
Materiais em Trânsito	591	146
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	3.319	3.441
Compra Antecipada – Entrega Futura	451.548	76.215
Estoques para Doação e/ou Permuta	26	26
Total	656.285	394.468

Fonte: Conab.

O total de R\$200.801 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$314.640 mil, em 31 de dezembro de 2019), representa o total dos estoques públicos para a atividade de formação de estoques para regular o mercado e evitar desabastecimento.

Essa atividade é amparada e mantida com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, para aquisição de produtos agrícolas, para formação do estoque regulador, que regulamenta as operações de vendas de produtos e o retorno dos recursos recebidos, aos cofres do Tesouro Nacional e prevê a equalização de preços, na ocorrência de desequilíbrio das contas da Conab, em caso de prejuízo, tornando nulo o resultado das atividades governamentais. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo de aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, que resultar em déficit.

A Equalização de Preços é autorizada pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do referido déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os desembolsos amparados pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificados e contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$451.548 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$76.215 mil, em 31 de dezembro de 2019), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até dezembro de 2020, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide nota 9.7).

Nota 8. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

8.1 Clientes: Em 31 de dezembro/2020, o saldo da conta é de R\$35 mil (R\$5.018 mil, até 31 de dezembro de 2019), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços. No decorrer do quarto trimestre de 2020, a Companhia avaliou os saldos a receber e com base nos estudos de recuperabilidade, concluiu que as perdas esperadas alcançou o montante de R\$4.310 mil, cujos valores estão provisionados na conta Ajustes de Perdas e Demais Créditos e Valores, conforme quadro abaixo:

Tabela 9. Clientes - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Clientes	4.345	5.018
(-) Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores	(4.310)	0
Total	35	5.018

Fonte: Conab.

8.2 Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo : O saldo de R\$1.269.713 mil, até 31 de dezembro/2020 (R\$1.961.876 mil, até 31 de dezembro de 2019, está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 10. Créditos e valores a receber a longo prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	9	29
Tributos a Recuperar/Compensar	21	20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	56.856	57.276
Créditos a Rec.por Cessão de Créditos p/ União	1.135.187	669.840
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	63.549	66.964
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	2.893	1.239
Recursos da União	0	691.556
Créditos a Recuperar	62	62
Duplicatas e Títulos em Contencioso	26	26
Créditos Parcelados	10.917	11.051
Títulos a Receber	120	148
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	720	738
Créditos a Rec. Pendentes de Decisão Judicial	0	462.927
(-) Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores	(647)	0
Total	1.269.713	1.961.876

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial e são decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis.

Os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no total de R\$1.135.187 mil, em 31 de dezembro de 2020 (R\$669.840 mil, em 31 de dezembro de 2019), referem-se aos registros dos créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento e pagamentos das sentenças judiciais, conforme composição a seguir:

Tabela 11. Créditos a Receber por Cessão - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Contrato c/o Inst. Conab de Seg. Social - Cibrius	843.794	218.759
Provisão p/Pagamento de Sentenças Trabalhistas	250.433	231.095
Provisão p/Pagamento de Sentenças Cíveis/Fiscal	40.960	219.986
Total	1.135.187	669.840

Fonte: Conab.

O total de R\$843.794 mil, em 31 de dezembro de 2020 (R\$218.759 mil em 31 de dezembro de 2019), refere-se ao saldo remanescente do principal e atualizações financeiras das parcelas vincendas do Contrato de Saldamento e do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a patrocinadora e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, dividido em 228 parcelas, relativo aos Planos de Benefícios, em face do déficit atuarial apurado no processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab. O referido saldamento foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), que mensalmente repassa os recursos financeiros para pagamento da parcela vincenda no corrente mês.

O contrato original, assinado em 22.03.2016, foi substituído, em novembro de 2019, pelo Termo de Adimplemento firmado entre o Cibrius e a Conab, após a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da

Advocacia-Geral da União – AGU, conforme explicitado na Nota 20.1.

A conta Recursos da União (saldo de R\$691.556 existente em 31 de dezembro de 2019), refere-se ao valor principal do Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida relativo aos Planos de Benefícios, firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius. No mês de março/2020 o valor de R\$691.556 mil, foi transferido à conta Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União.

Os Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, no montante de R\$ 462.927 mil, em 31 de dezembro de 2019, conforme quadro abaixo, foram classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como ativos contingentes, os quais foram baixados da conta de ativo “Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial”, em cumprimento ao CPC 25, itens 31 a 35; e, registrados em contas de controle, para acompanhamentos, os quais serão avaliados periodicamente, conforme o item 35 do referido CPC, e aqueles processos judiciais que nos seus desenvolvimentos alcançarem as condições de recebimentos “praticamente certas” e ocorrerão entradas de benefícios econômicos, o ativo e os correspondentes ganhos serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer as mudanças de estimativas. Os casos de benefícios econômicos que se tornarem provável, a Conab divulgará na data do balanço o Ativo Contingente, conforme item 89 do CPC 25.

O total de R\$371.452 mil, em 31 de dezembro de 2019, baixado, referente às Operações Governamentais, além de cumprir os critérios estabelecidos no CPC 25 itens 31 a 35, também são regulados pela Portaria Interministerial MAPA/MF, art. 4º alínea c, por essa razão os mesmos foram registrados a receber do Tesouro Nacional, na conta Recursos da União, para aguardar as decisões judiciais e caso ocorrer os desfechos desfavoráveis os valores das perdas dos processos judiciais poderão ser submetidos à autorização da equalização de preços ao Tesouro Nacional e os processos em que ocorrerem os desfechos favoráveis seguirão os procedimentos estabelecidos na portaria em comento.

Os valores R\$22.831 mil e R\$13.268 mil em 31 de dezembro de 2019, correspondentes aos processos judiciais das operações dos Estoques Estratégicos e PAA foram baixados da conta de ativo, conforme o CPC 25 e, também, baixados da conta de passivo “Entidades Credoras” Vide item 9.7 e registrados em conta de controle, para acompanhamento e novas providências de acordo com o CPC 25 item 35.

O total de R\$55.376 mil, referente às atividades próprias foram baixados do ativo, conta Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial e registrados em conta de controle, para acompanhamentos e em caso de mudança de estimativas adotar os mesmos critérios apontados no CPC, 25 item 31.

Tabela 12. Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Estoques Estratégicos	0	22.831
Atividade Própria	0	55.376
Operações Governamentais	0	371.452
Unidades PAA	0	13.268
Total	0	462.927

Fonte: Conab.

Os Ajustes de Perdas e Demais Créditos e Valores, no valor de R\$647 mil, refere-se a provisão para perdas, para créditos de liquidação duvidosa, referente a perda esperada nos Créditos a Receber Decorrentes de Infrações, nas Duplicatas e Títulos em Contencioso e Títulos a Receber.

Nota 9. Endividamento

Até 31 de dezembro de 2020, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$2.041.753 mil (R\$1.795.583 mil, até 31 de dezembro de 2019), com a seguinte composição:

9.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar: o total de R\$110.409 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$123.227 mil, até 31 de dezembro de 2019, refere-se aos valores

apropriados relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

9.2 Operações Especiais: o total de R\$726.760 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$909.088 mil, até 31 de dezembro de 2019), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recebimentos de créditos, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional.

9.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: o total de R\$253.315 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$13.694 mil, até 31 de dezembro de 2019), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo: o total de R\$1.352 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$822 mil, até 31 de dezembro de 2019), refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 13. Obrigações fiscais a curto prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
II a Recolher	35	0
COFINS a Recolher	1.071	628
PIS/PASEP a Recolher	233	137
ICMS a Recolher	1	14
ISS a Recolher	7	8
Recursos Fiscais	5	5
IPVA a Recolher	0	26
Taxas	0	4
Total	1.352	822

Fonte: Conab.

9.5 Provisões

Tabela 14. Provisões – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Provisão para Indenizações Trabalhistas	0	24.092
Provisão para Indenizações Cíveis	0	12.061
Total	0	36.153

Fonte: Conab.

O saldo de R\$36.153 mil até 31 de dezembro de 2019, representado pelos valores provisionados para cobrir prováveis liquidações de sentenças trabalhistas e cíveis, no exercício de 2020, foi zerado no quarto trimestre de 2020 com a baixa de R\$24.092 mil, referente aos pagamentos de sentenças trabalhistas e baixa de R\$12.061 mil, em razão das liberações de parcelas de valores bloqueados pela justiça, à empresa Spam Representações Ltda e à empresa Renascença Armazéns Gerais Ltda, referentes sentenças cíveis e transferência do saldo remanescente para conta de Longo Prazo.

9.6 Adiantamentos de Clientes: o total de R\$593 mil, em 31 de dezembro 2020 (R\$9.408 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos, para entregas futura.

9.7 Entidades Credoras: o total de R\$125.928 mil, em 31 de dezembro de 2020 (R\$166.259 mil, até 31 de dezembro de 2019), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula

do Produtor Rural – CPR – Alimento e Compra Antecipada – Entrega Futura e outros.

Os processos pertinentes às operações dos Estoques Estratégicos e do PAA, que foram classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como Ativos Contingentes foram baixados da conta Entidades Credoras, uma vez que eles estavam registrados na conta Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, sendo baixados em conformidade com o CPC 25 itens 31 a 35. Vide Nota 8.2

9.8 Outras Obrigações: o total de R\$44.801 mil até 31 de dezembro de 2020 (R\$34.442 mil, em 31 de dezembro de 2019), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 15. Outras obrigações – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Consignações	17.290	12.652
Depósitos Judiciais	324	17
Depósitos e Cauções Recebidos	14.479	8.692
Indenizações, Restituições e Compensações	9.714	10.277
Diárias a Pagar	1	1
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	2.237	2.733
Valores em Trânsito Exigíveis	756	0
Precatórios a Pagar	0	70
Total	44.801	34.442

Fonte: Conab.

9.9 Transferências Financeiras a Comprovar – TED: O total de R\$778.595 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$502.490 mil até 31 de dezembro de 2019), refere-se aos diferimentos dos recursos recebidos do Tesouro Nacional relativos aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos e CPR Alimento da Agricultura Familiar (PAA) e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a aprovação das prestações de contas, conforme quadro a seguir:

Tabela 16. Transferências financeiras a comprovar – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	778.595	502.490
Total	778.595	502.490

Fonte: Conab.

Nota 10. Provisões a Longo Prazo

O total de R\$291.392 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$491.240 mil, até 31 de dezembro/2019), representa os valores reconhecidos como prováveis desembolsos de recursos futuros com sentenças trabalhistas, tributárias e cíveis, em conformidade com o CPC 25, vide Nota 4.10, conforme quadro a seguir:

Tabela 17. Provisões – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Provisão para Indenizações Trabalhistas	250.432	268.037
Provisão para Indenizações Tributárias	5.499	3.216
Provisão para Indenizações Cíveis	35.461	219.987
Total	291.392	491.240

Fonte: Conab.

10.1 Provisões para Indenizações de débitos trabalhistas, de-

correntes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados, requerendo promoções por antiguidade e merecimento, incorporações de função gratificadas e outras.

10.1 Provisões para Indenizações Tributárias, referente a débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

10.3 Provisões para Indenizações de débitos Cíveis, referentes a ações cíveis, requerendo indenizações de perdas de produtos e outras. No exercício de 2020 ocorreram as baixas de sentenças pagas às Empresas JPA Participações Ltda, Renascença Comércio e Representações Ltda e outras e baixas em virtude de ajustes em decorrência reavaliações dos processos judiciais efetuadas pelas áreas jurídicas da Companhia.

Nota 11. Demais Obrigações a Longo Prazo

O total de R\$923.234 mil até 31 de dezembro de 2020 (R\$911.036 mil, em 31 de dezembro de 2019), está composto pelas rubricas “Depósitos e Cauções Recebidos” e “Entidades Privadas de Previdência”. Este último refere-se ao Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 20.1.

Tabela 18. Demais obrigações a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Depósitos e Cauções Recebidos	722	722
Entidades Privadas de Previdência	922.512	910.314
Total	923.234	911.036

Fonte: Conab.

Nota 12. Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social: O Capital Social da Conab é de R\$302.801 mil, dividido em 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2 Reservas de Lucros: O total de R\$50.093 mil até 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, está assim representado:

Tabela 19. Reservas de Lucros – em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Reserva Legal	19.196	19.196
Reserva de Lucros para Expansão	30.897	30.897
Total	50.093	50.093

Fonte: Conab.

12.3 – Resultado Líquido do Exercício: até o quarto trimestre de 2020, a Companhia apurou o prejuízo de R\$30.411 mil (prejuízo de R\$16.625 mil, até o quarto trimestre de 2019). Estes representam os resultados dos Exercícios relativos as atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). Os resultados das atividades governamentais foram “Zeros” não interferindo no resultado da Conab.

Nota 13. Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Até 31 de dezembro de 2020, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$28.808 mil (R\$37.313 mil, até 31 de dezembro de 2019) e referem-se aos resultados das variações apresentadas até o 4º trimestre de 2020 - 2019, das principais atividades da Conab.

13.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: Até 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo de R\$1.672 mil (R\$1.219 mil, até 31 de dezembro de 2019) e representam aplicações no imobilizado e intangível e recebimentos por resgate de títulos e vendas do ativo permanente.

13.3 Variação nas Disponibilidades: O valor de R\$30.480 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$36.094 mil, até 31 de dezembro de 2019), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos de terceiros para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos, para formação dos estoques públicos.

Nota 14. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1 Receita de Vendas e Serviços: as receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais até os 4º trimestres de 2020 e 2019, foram de R\$211.258 mil e R\$233.528 mil, respectivamente.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de vender os seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 20. Receita de vendas e serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Vendas Estoques Estratégicos	187.119	198.765
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	2.317	12.151
Serviços de Armazenagem e Outros	21.822	22.612
Total	211.258	233.528

Fonte: Conab.

14.2 Deduções das Receitas de Vendas e Serviços: estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, Descontos Incondicionais e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais até os 4º trimestres de 2020 e 2019, foram de R\$3.583 mil e R\$6.655 mil, respectivamente, conforme segue:

Tabela 21. Deduções das Receitas de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
ICMS	1.254	4.197
ISS	357	369
PIS/PASEP	259	246
COFINS	1.194	1.135
Descontos Incondicionais	518	648
Desconto Financeiro Concedido	1	60
Total	3.583	6.655

Fonte: Conab.

14.3. Custo das Mercadorias Vendidas: representa as baixas

dos valores dos estoques, relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 22. Custo das mercadorias vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	273.846	390.414
Total	273.846	390.414

Fonte: Conab.

14.4 Equalização de Preços: no 4º trimestre/2020, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$85.428 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. Até o mesmo período do ano de 2019, o valor da Equalização totalizou R\$183.415 mil. A variação foi decorrente da redução das vendas até o quarto trimestre de 2020.

14.5 Lucro Bruto Operacional: até o 4º trimestre de 2020, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo de R\$19.257 mil (R\$19.874 mil, até o 4º trimestre/2019), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços e Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7).

14.6 Despesas Operacionais: compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia, conforme composição a seguir:

Tabela 23. Despesas operacionais - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Despesas de Pessoal	925.614	929.503
Despesas Comerciais e Administrativas	182.324	262.966
Total	1.107.938	1.192.469

Fonte: Conab.

14.7 Receitas Operacionais Diversas: O total de R\$77.288 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$112.866 mil, até 31 de dezembro de 2019), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas diversas e valores recebidos para gestão dos estoques públicos.

Tabela 24. Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Multas e Juros de Mora	5.470	8.669
Indenizações e Restituições	12.963	20.281
Receitas de Valores Mobiliários	112	186
Receitas Diversas	58.743	83.730
Total	77.288	112.866

Fonte: Conab.

14.8 Outros Resultados: o total de R\$77.288 mil, até 31 de dezembro de 2020 (R\$112.866 mil, até 31 de dezembro de 2019), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas diversas e valores recebidos para gestão dos estoques públicos.

Tabela 25. Outros Resultados - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Alienação de Bens Móveis	30	(364)
Alienação de Bens Imóveis	0	5.791
Desincorporação de Ativos	(176)	(4.881)
Incorporação de Ativos	3.527	55
Total	3.381	601

Fonte: Conab.

14.9 Subvenções do Tesouro Nacional: o total de R\$977.601 mil, até 31 de dezembro de 2020, (R\$1.042.503 mil, até 31 de dezembro de 2019), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal, conforme segue:

Tabela 26. Subvenções do Tesouro Nacional - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Repasse Recebidos para Custeio/Pessoal	977.601	1.042.503
Total	977.601	1.042.503

Fonte: Conab.

Nota 15. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e demonstra as ocorrências no exercício/2020, acrescidas das modificações até o 4º trimestre de 2019, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido. (Vide Notas 12.3 e 17).

Nota 17. Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e apresenta o valor de R\$719 mil, que se enquadra como Outros Componentes do Resultado Abrangente. O valor refere-se a ajustes de exercícios anteriores, e está representado por registros de desconhecimento dos saldos dos bens móveis e imóveis em poder de terceiros. A adoção desta nova diretriz visa atender a nova definição de ativo prescrita pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e NBC TSP 07, de 22/09/2017, no total de R\$773 mil menos o valor de R\$54 mil, referente reversão da Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado – Bens Móveis, contabilizado a maior no exercício de 2019, na Sureg/MA. Tem também o objetivo de evidenciar a situação de todos aqueles que utilizem, guardem, gerenciem ou administrem bens cedidos, conforme art. 3º inciso IV, do decreto nº 6.976, de 07/10/2009. Composição com a informação das instituições que estão com a guarda dos bens:

Tabela 27. Despesas operacionais - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Secretaria Nacional de Segurança Pública/DF	131	0
Estado de Mato Grosso/MT	117	0
Super. Reg. de Desenv. da Lavoura Cacaueira/PA	27	0
Município de Chapecó/SC	162	0
Município de Boa Vista/RR	248	0
Município de Itabaiana/SE	51	0

Continua

Município de Nossa Senhora da Glória/SE	37	0
Total	773	0

Fonte: Conab.

Nota 18. Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Outros Controles”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Piauí, Maranhão e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019), a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresentou os saldos a seguir:

Tabela 28. Diversos responsáveis em apuração - em R\$mil

Exercício	Saldo
Até 31/12/2020	56.397
Até 31/12/2019	58.135

Fonte: Conab.

Nota 19. Contingências Passivas

19.1 Contingências Passivas Possíveis: São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009 e são compostas das ações a seguir, conforme quadro abaixo.

a)Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens.

b)Tributárias: São representadas pelos processos judiciais referentes a autos de infração do INSS, de ICMS e outros.

c) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 29. Contingências Passivas - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Cível	59.757	52.667
Tributárias	11.885	0
Trabalhista	62.976	52.037
Total	134.618	104.704

Fonte: Conab.

Nota 20. Benefícios Concedidos aos Empregados

20.1 Plano de Previdência Complementar: o Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, fundada em 13.03.1979, consoante Portaria n.º 1.383/MPAS, de 08.03.1978, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 209/2001 e demais normas aplicáveis às Entidades dessa natureza. Constituída sob a forma de sociedade civil pela sua patrocinadora instituidora Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Figura, ainda, como patrocinador o próprio Cibrius.

O Cibrius tem o objetivo precípua de administrar planos de natureza previdenciária, os quais concedem a suplementação de benefícios previdenciais aos empregados, ativos e assistidos, da patrocinadora Conab e do próprio Cibrius na forma do regulamento dos mencionados planos de benefícios, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das EFPC (CNPB).

Atualmente o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano Conab, código CNPB n.º 19.790.007-19; Plano Conab Saldado, código CNPB n.º 2015001492 e Plano ConabPrev, código CNPB n.º 2015001311.

Os Planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto para novos entrantes. Os citados Planos, exceto o Plano Conab Saldado, recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Cabe destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que ainda remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556.mil, assim distribuídos: R\$426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e R\$ 265.217 mil referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001. Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cibrius formalizaram, em 22.03.2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1.ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí, as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas estavam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28.08.2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou o Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento, que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019), pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311 mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

Sob o aspecto contábil, após as baixas por liquidação de parcelas e atualizações, em 31 de dezembro de 2020 na conta de controle 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução e no ativo e pas-

sivo, o saldo é de R\$922.512 mil (R\$ 910.314 mil, até 31 de dezembro de 2019). Vide Notas 8.2 e 11.

20.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS: Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2017/2019, em vigor, mediante desconto em folha de pagamento.

Nota 21. Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, no 4º trimestre de 2020 e até dezembro de 2019, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 30. Remunerações - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Maior Remuneração Dirigente	28.517,08	31.591,09
Menor Remuneração Dirigente	28.517,08	31.591,09
Maior Remuneração Empregado	39.293,32	39.293,32
Menor Remuneração Empregado	2.202,71	2.097,36

Fonte: Conab.

Tabela 31. Salários Médios - em R\$mil

Descrição	Até o 4º Trimestre/2020	
	Até Dezembro/2020	Dezembro/2019
Dirigentes	28.517,08	31.591,09
Empregados	6.033,90	5.873,58

Fonte: Conab.

Nota 22. Repasses e Termos de Execução Descentralizada - TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a dezembro/2020, foram recebidos os totais de R\$412.800 mil, para execução no exercício corrente e R\$44.430 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Foi recebido da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF/MAPA, para desenvolver ações integradas destinadas a ampliar a participação da agricultura familiar nos mercados público e privado, por meio de realização de eventos denominados “Encontros de Oportunidade de Negócios para a Agricultura Familiar”, de forma a aproximar as “pontas” vendedora e compradora, incluindo os órgãos adquirentes via Compras Institucionais, o total de R\$312 mil, para execução no exercício e R\$5.288, pagamento de Restos a Pagar.

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções, foi recebido da Coordenadoria Geral de Orçamento e Finanças - Mapa, o total de R\$155.000 mil, para execução no exercício corrente.

Para o mapeamento de áreas cultivadas para o café e arroz irrigado, foi recebido da Coordenação de Orçamento e Finanças – CO-ORF/SAF (Agência Nacional de Águas – Ana), o total de R\$36 mil, para execução no exercício corrente.

Para a comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), no

âmbito da Agricultura Familiar, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa, o total de R\$25.742 mil, para execução no exercício corrente.

Para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, assinado com o Ministério da Cidadania - Segurança Alimentar – SAN – Segurança Alimentar e Nutricional – EISP, foi recebido o total de R\$179.000 mil para execução no exercício e R\$39.142 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para aquisição e disponibilização de alimentos aos povos indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade, em face da pandemia Coronavírus (Covid-19), foi recebido da Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos SNPPIR/MMFDH, o total R\$37.226 mil, para execução no exercício corrente.

Para operacionalização da Ação de Distribuição de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos – ADA, foi recebido da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional/SE - MAPA, o valor de R\$6.019 mil, para pagamentos no exercício corrente.

Foi recebido do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/FUN-CAFÉ/SPA, o valor de R\$311 mil, para execução no exercício corrente.

Foi também recebido da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional/SE-MAPA, o valor de R\$969 mil, para atender à Cooperativa de Mulheres Rurais e Cooperativa de Produtores Ruais do Estado do Rio de Janeiro, para execução no exercício, corrente.

Para atendimento às mulheres em insegurança alimentar e nutricional devido à Pandemia do coronavírus (COVID-19) e em situação de violência, com enfoque naqueles sob medidas protetivas, foi recebido o valor de R\$4.594 mil, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres SNPM/MMFDH, para execução no exercício corrente.

Para execução de operações de fiscalização do Programa Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola - SPA/Mapa, o total de R\$180 mil, para execução no exercício corrente.

Foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa, para fiscalização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, o total de R\$162 mil, para execução no exercício corrente.

Para aquisição de gêneros alimentícios para cestas básicas foi recebido da Segurança Alimentar e Nutricional - SE, o total de R\$490 mil, para execução no exercício corrente.

Foi também recebido da Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial - CGGE/SNPIR/MMFDH, o total de R\$2.384 mil, para execução no exercício corrente.

Nota 23. Outros Assuntos

23.1 Reflexos da Pandemia - Covid-19 nas operações da Companhia: impactos decorrentes da pandemia do COVID-19. No 4º trimestre de 2020 permaneceu a expectativa de redução da curva de contaminações pelo Covid-19 no país, e a retomada do trabalho presencial de um grupo maior de colaboradores. Não obstante, com a flexibilização de medidas de isolamento social e a ocorrência de eventos que acarretaram em aglomerações (a exemplo das eleições municipais), a Conab seguiu atuando com redução de sua força de trabalho, e com a manutenção da jornada de trabalho reduzida, considerando os respectivos enquadramentos nos perfis considerados de risco e a atuação da Alta Gestão no intuito de evitar novas contaminações.

Assim como no 3º trimestre, o referido cenário manteve a concentração de tarefas junto a um número reduzido de empregados, o que não interferiu na execução das políticas sociais sob gestão da Companhia.

Dessa forma, no 4º trimestre, também o conhecimento e a experiência do corpo técnico da Conab viabilizaram a manutenção das parcerias institucionais já formalizadas junto a outros órgãos da administração

federal no decorrer do ano, bem como a celebração de novos termos de execução descentralizada.

Como exemplo, tem-se a celebração, em 08 de outubro e 03 de dezembro de 2020, respectivamente, dos Termos Aditivos 01 e 02 ao Termo de Execução Descentralizada - TED nº 003/2020. Por meio desses aditivos, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR/MMFDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, repassou recursos adicionais para a Conab, visando à continuidade da ação, que consiste na aquisição, na embalagem e na disponibilização de cestas de alimentos aos povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) em situação de vulnerabilidade em relação à sua segurança alimentar e nutricional, em face da pandemia do coronavírus (COVID-19). Do total de cestas vinculadas ao TED e aos respectivos aditivos (401.619), foram distribuídas, ao longo de 2020, 371.212 cestas. Restam pouco mais de 30 mil cestas a serem disponibilizadas, cuja previsão de distribuição está estimada para o primeiro trimestre/2021.

Também no referido período, 06 de outubro de 2020, foi celebrado o primeiro Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada - TED nº 002/2020, de 29 de junho de 2020, junto ao Ministério da Cidadania, visando à continuidade da operacionalização da Ação de Distribuição de Alimentos para Grupos Populacionais Tradicionais Específicos – ADA. Por meio do aditivo, serão repassados recursos adicionais no montante de R\$1.671 mil, que serão investidos nessa importante política pública, ao longo do exercício. As distribuições, no âmbito da ADA, estão ocorrendo mensalmente, conforme previsto no TED. Ressalta-se que as entregas ocorrem em cumprimento a determinações judiciais, devendo ser realizadas de forma mensal.

No âmbito do TED nº 03/2020, celebrado junto à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM/MMFDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, visando à aquisição, à embalagem e à disponibilização de cestas de alimentos a mulheres em insegurança alimentar e nutricional devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), e em situação de violência, com enfoque naquelas sob medidas protetivas, houve reajuste no número de cestas, que aumentaram de 44.536 para 49.036 cestas de alimentos. Dessas, 42.118 foram devidamente entregues em 2020. O saldo de 6.918 cestas deverá ser entregue totalmente em janeiro de 2021.

Por fim, a exemplo de nova parceria formalizada, tem-se o TED nº 08/2020, firmado em 07 de dezembro de 2020, junto ao Ministério da Cidadania. A parceria, resultado da edição de Medida Provisória nº 1.008, de 26 de outubro de 2020, viabilizará a descentralização orçamentária de R\$244.520 mil, para fins de aquisição e distribuição de cestas de alimentos a famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE) em situação de insegurança alimentar e nutricional. Com parte do valor repassado, em dezembro de 2020, foram feitas aquisições dos alimentos para formação de 1.696.668 cestas. O recebimento dos alimentos nas Unidades Armazenadoras da Conab ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro de 2021. As distribuições estão previstas para o final de fevereiro/início de março de 2021, dependendo de informações dos parceiros do projeto (Ministério da Cidadania, Funai, Fundação Palmares, entre outros).

Quanto ao Programa de Vendas em Balcão - ProVB, não houve desabastecimento de milho em grãos nas Unidades Armazenadoras da Conab. Ademais, a equipe técnica seguiu reforçando as orientações para a gestão de estoques equilibrada por parte das Regionais, visando à garantia da continuidade do Programa, mantendo-se a prorrogação, por tempo indeterminado, das revalidações de cadastros vincendos dos clientes atendidos, de forma a reduzir o fluxo e o deslocamento de pessoas nas localidades correspondentes. No quarto trimestre também concluiu-se a elaboração da programação de abastecimento de milho em grãos para 2021, de modo a garantir a continuidade do ProVB para o exercício seguinte, com a estimativa de 170.000 t (cento e setenta mil toneladas) de milho em grãos a título de demanda global para as unidades que operacionalizam o Programa no país.

Já no tocante ao Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT, a equipe, mesmo reduzida, manteve o monitoramento semanal da comercialização de hortigranjeiros nas principais Centrais de Abastecimento do país. A publicação analisa a oferta e os

preços praticados nas Ceasas.

Em caráter piloto, foi realizada, em parceria com a Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno, uma pesquisa de campo, cujo relatório final, intitulado “Batata, cebola e tomate: caracterização da produção e da comercialização na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF”, foi aprovado pelo Comitê Editorial da Conab em 23 de dezembro de 2020, tendo sido encaminhado para a área responsável pela diagramação e publicação no portal da Companhia. Esse estudo aborda variáveis relativas às formas de escoamento dessa produção, área plantada, produtividade média, rentabilidade, custo de produção estimado, além de informações sobre os sistemas de produção e destinação dos volumes, bem como identificação dos mecanismos e dos entraves para produção e comercialização.

Também no referido período, em razão da Portaria nº 267, de 20 de novembro de 2019, alterada pelas Portarias nº 192, de 16 de junho de 2020, e nº 299, de 10 de setembro de 2020, todas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que instituiu Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de promover um ambiente para discutir ações e respectivas projeções direcionadas à modernização das Centrais de Abastecimento brasileiras, finalizou-se Relatório Final contendo as propostas deliberadas pelo grupo visando à modernização e, se for o caso, à reestruturação das Centrais de Abastecimento brasileiras.

Percebe-se, por conseguinte, que a Conab continua atuando com afinco no atendimento de sua missão, voltada para a inteligência agropecuária, para a formulação e execução de políticas públicas, para a regularidade do abastecimento e para a formação de renda do produtor rural.

23.2 Medidas de enfrentamento diante da Pandemia - Covid - 19

Quanto ao aspecto sanitário, a Conab instituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise em 19 de março de 2020, com o objetivo de reduzir e mitigar os impactos causados pela Covid-19, no âmbito da Companhia, de forma a garantir a segurança e integridade das pessoas e bens, bem com a manutenção dos serviços essenciais e estratégicos.

Foi disponibilizada uma página exclusiva na Intranet sobre a Covid-19 onde os empregados encontram o Plano de Contingência, Plano de Continuidade de Serviços, o Painel Covid-19, os protocolos disponíveis e atualizados e documentos oficiais expedidos pela Companhia sobre o assunto em tela.

Dentre os protocolos disponíveis estão: protocolo para o local de trabalho, protocolo do uso de máscaras, protocolos para viagens pela Conab, protocolo de retorno ao trabalho presencial, etc.

É obrigatório o uso de máscara em todas as Unidades da Companhia, tanto para entrar nas dependências da Conab quanto para a permanência.

Ademais, a Gebem emitiu a Nota Técnica nº 270/2020, para todas as Superintendências Regionais sobre a adoção de medidas complementares necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus (Covid-19), com a aquisição de protetores faciais e de termômetros digitais infravermelhos sem contato.

Assim, a Conab reforça constantemente as orientações constantes nos protocolos, por meio de matérias na intranet, disponibilizadas por e-mail a todo corpo funcional e ao whatsapp dos gestores da Companhia.

Por fim, visando garantir a saúde e segurança dos empregados e manter a continuidade dos negócios da Companhia, e considerando a Portaria nº 394 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 15 de dezembro de 2020, foi prorrogada a vigência do Protocolo de Retorno ao Trabalho Presencial até o dia 28 de fevereiro de 2021, podendo ser alterada de acordo com novas diretrizes emanadas pelos órgãos gestores.

Brasília – DF, 4 de março de 2021

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Presidente

JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas Substituto

JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

SERGIO DE ZEN
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREZ DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Acionistas da
CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
BRASILIA – DF

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (“Companhia” ou “CONAB”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Plano de previdência privada e operações com o CIBRIUS

A CONAB mantém registrado no Ativo não circulante da Companhia, o montante de R\$ 1.135.187 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$669.840 mil em 31 de dezembro de 2019), relativo a créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao CIBRIUS, referente a dívida do contrato e pagamento de sentenças judiciais. Adicionalmente, a Companhia também possui o registro contábil no passivo sobre previdência complementar com o CIBRIUS de R\$ 922.512 mil (R\$910.314 mil em 31 de dezembro de 2019), conforme descrito em Nota Explicativa 20.1 – Plano de Previdência Complementar.

Em nossos exames realizados para o período de 12 meses, findo em 31 de dezembro de 2020, verificamos que a Companhia não possui avaliação atuarial do referido plano de benefícios. Informamos que não nos foi possível avaliar se os valores registrados e relacionados ao Plano de Previdência da Companhia são suficientes e/ou se existem passivos não registrados.

Provisão para passivos contingentes

Em decorrência da fragilidade dos controles da Companhia relacionados aos controles sobre as provisões oriundas de demandas judiciais, detectados nas revisões trimestrais e na revisão anual, em nossos exames, identificamos o registro contábil a menor no montante de R\$ 4.596 mil sobre provisões de contingência cíveis. De acordo com as informações relatadas acima e nas revisões trimestrais, sobre os relatórios e controles disponibilizados pelos assessores jurídicos da Companhia,

é possível afirmar de que os mesmos não são assertivos e permanecem de difícil compreensão, não nos permitindo concluir sobre o saldo registrado no passivo circulante e não circulante de passivos contingentes para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

Auditoria sobre as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2019

Conforme prevê as Normas de auditoria, em específico a NBC IT 07 – Planejamento de auditoria, parágrafo 51 “o auditor independente deve incluir no planejamento de auditoria: análise dos saldos de abertura, procedimentos contábeis adotados, uniformidade dos procedimentos contábeis, identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior e revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior. Informamos que as informações analisadas sobre o trabalho do auditor anterior, não consideramos suficientes e adequados sobre a opinião apresentada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Tendo em vista os pontos relatados anteriormente, tais como provisão para passivos contingente e plano de previdência privada, visto que esses assuntos já existiam no período anterior o Comitê de auditoria (COAUD) da Companhia, responsável pela supervisão do processo de elaboração que avaliou e identificou diversas distorções relevantes, o que em reunião extraordinária realizada em 13 de março de 2020 com o Conselho de Administração, informa que as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2019 apresentada pela Companhia, não apresenta a sua realidade contábil, desta forma, não identificamos a aprovação dos relatórios emitidos pela CONAB naquele período.

Para as movimentações e saldos apresentados nas rubricas contábeis de resultado, e para o resultado do exercício auferido em 2019, em decorrência do relatado no parágrafo anterior, em nosso entendimento todos os efeitos sobre todas as informações registra no ativo e passivo da Companhia, foram refletidos de forma inadequada no resultado do exercício de 2020, não nos sendo possível mensurar e desta forma opinar sobre os efeitos causados por essas informações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis em 18 de fevereiro de 2020, sem modificação.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

ADERBAL ALFONSO HOPPE
CONTADOR - CRCSC nº 020036-0-8 T-SP
TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2 SP-032267/O-1